

B3

Moedas

Ibovespa 186.287 pts ↓ -0,49%

Dólar Comercial R\$ 5,236 ↑ 0,3%

Dólar Turismo R\$ 5,436 ↑ 0,19%

Euro Comercial R\$ 5,896 ↑ 0,45%

Euro Turismo R\$ 6,141 ↑ 0,51%

Coop propõe caminhos para ampliar trabalho, renda e inovação no país



O cooperativismo pode ampliar seu papel na geração de trabalho e renda no Brasil com medidas voltadas à organização de trabalhadores autônomos, à formalização de atividades econômicas e ao desenvolvimento de novos modelos de negócios. Essa é a proposta do eixo 4 do documento Propostas para um Brasil Mais Cooperativo 2027-2030, elaborado pelo Sistema OCB para contribuir com a construção das políticas públicas do próximo ciclo de governo.

Com o tema Trabalho, geração de renda e inovação com o cooperativismo, o eixo apresenta propostas para fortalecer o modelo cooperativo diante das transformações no mercado de trabalho e na economia. Entre as prioridades estão a formalização da atividade garimpeira por meio de cooperativas, a integração de caminhoneiros autônomos ao modelo do movimento, o estímulo às cooperativas de plataforma e a busca por maior equilíbrio no tratamento previdenciário das cooperativas de trabalho.

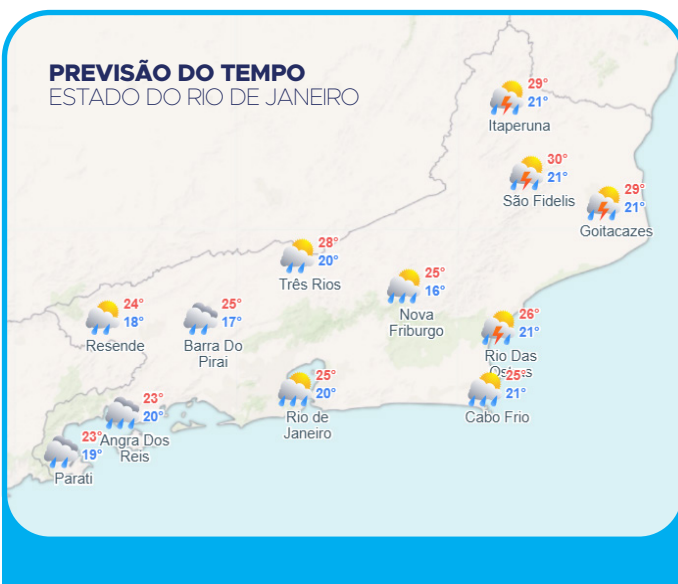
Segundo a presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella, o cooperativismo já demonstra sua capacidade de organizar atividades econômicas e criar oportunidades a partir da atuação coletiva. “O cooperativismo já demonstra, na prática, que é possível gerar trabalho, renda e desenvolvimento por meio da organização coletiva. Precisamos de um

ambiente mais moderno, seguro e conectado às novas realidades econômicas para que esse modelo continue crescendo”, afirma.

Formalização da atividade garimpeira

Uma das propostas é fortalecer as cooperativas minerais como instrumento de organização e formalização da atividade garimpeira. A agenda aponta que o modelo pode facilitar o acesso dos trabalhadores a direitos minerários, crédito, capacitação, políticas públicas e canais de comercialização da produção.

A proposta também prevê mecanismos para ampliar o acesso a crédito e financiamento



destinados à modernização tecnológica da pequena mineração e à adequação da atividade a padrões de sustentabilidade e devida diligência.

Para a presidente executiva do Sistema OCB, “fortalecer a organização dos garimpeiros em cooperativas também contribui para ampliar a governança e a rastreabilidade da produção mineral, conciliando geração de renda, inclusão social e responsabilidade socioambiental,” disse.

Caminhoneiros autônomos

O eixo 4 também propõe ampliar a integração de caminhoneiros autônomos às cooperativas de transporte. A ideia é aproveitar estruturas e experiências já consolidadas para fortalecer a organização desses profissionais nos estados e regiões onde atuam.

Por meio das cooperativas, os caminhoneiros podem ganhar escala e ampliar sua capacidade de negociação de contratos e de aquisição de insumos, com potencial para reduzir custos e aumentar a competitividade das operações.

“A proposta busca oferecer uma alternativa de organização econômica para profissionais que trabalham de forma autônoma, preservando essa característica e, ao mesmo tempo, ampliando os benefícios proporcionados pela atuação coletiva”, explica Tania.



Cooperativismo de plataforma

As transformações provocadas pela economia

digital é mais um tema com espaço na agenda. O Sistema OCB propõe políticas públicas e aperfeiçoamentos no ambiente regulatório que estimulem o desenvolvimento do cooperativismo de plataforma.

Nesse modelo, os próprios trabalhadores são associados e participam das decisões, da gestão e dos resultados do empreendimento digital. A estrutura pode ser aplicada tanto à prestação de serviços por meio de plataformas quanto à comercialização de produtos e a outras atividades desenvolvidas no ambiente digital.

A proposta busca fortalecer uma alternativa cooperativista para as novas formas de trabalho mediadas pela tecnologia, combinando inovação, autogestão e participação econômica. “Precisamos aproveitar a transformação digital para criar novas oportunidades. O cooperativismo permite colocar as pessoas no centro dessas mudanças”, destaca Tania.

Justiça previdenciária

Outro ponto considerado prioritário é o tratamento previdenciário das cooperativas de trabalho. O Sistema OCB avalia que o modelo enfrenta uma carga previdenciária elevada em comparação a outras formas de organização econômica, cenário que pode reduzir a competitividade das cooperativas e desestimular a entrada e a permanência de cooperados.

A agenda defende a construção de um tratamento previdenciário mais equilibrado, que considere as especificidades do modelo de negócios do movimento e contribua para ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda.

Para o Sistema OCB, avançar nessa discussão é importante para garantir condições mais adequadas ao desenvolvimento das cooperativas de trabalho e fortalecer o modelo como alternativa de organização econômica para diferentes categorias profissionais.

“Precisamos garantir regras que reconheçam as características próprias das cooperativas. Um ambiente equilibrado e seguro é fundamental para que mais trabalhadores possam encontrar no cooperativismo uma alternativa de geração de renda e desenvolvimento”, conclui Tania.

Impactos da Reforma Tributária no crédito são temas de debate



O Sistema OCB participou, nesta quinta-feira (1º), do 2º Summit Sicredi de Riscos, Operações e TI, em São Paulo, com uma discussão sobre os impactos da Reforma Tributária para o cooperativismo de crédito. No painel, a gerente geral de Negócios, Clara Maffia, destacou que a adaptação às novas regras vai além das mudanças fiscais e envolve negócios, operações, sistemas e, principalmente, a relação com os associados.

“É um tema que precisa estar na pauta da diretoria como um todo. A reforma chega ao associado e muda a forma como ele se relaciona com fornecedores, clientes e com a própria cooperativa”, destacou durante o debate.

A Lei Complementar 214/2025 estabeleceu um regime específico e facultativo para as sociedades cooperativas. Nas operações previstas no artigo 271, a opção pelo regime reduz a zero as alíquotas do IBS e da CBS. Para produzir efeitos em 2027, a adesão deve ser formalizada entre 1º de setembro e 31 de outubro de 2026.

No caso do cooperativismo de crédito, porém, ainda há pontos que dependem de regulamentação e de definições sobre a aplicação prática das novas regras. Um dos principais temas em discussão é o tratamento das operações realizadas com associados que não estão sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS. O Sistema OCB acompanha o assunto e atua institucionalmente junto aos órgãos responsáveis pela regulamentação e ao Congresso Nacional.

A entidade também defende a desburocratização da opção pelo regime específico, a aplicação da alíquota zero nas

operações com associados não contribuintes e o tratamento das aplicações financeiras dos recursos captados dos associados.

Proximidade com o associado

Durante o painel, Clara ressaltou que a presença das cooperativas nos municípios pode ser um diferencial durante a transição. A orientação aos associados passa por decisões que envolvem preços, contratos, escolha de regimes tributários e planejamento do capital de giro.

De acordo com o AnuárioCoop 2026, o cooperativismo de crédito reúne 682 cooperativas e mais de 22 milhões de cooperados. Os ativos do ramo ultrapassam R\$ 1 trilhão e suas cooperativas estão presentes de forma exclusiva em 1.072 municípios, onde é a única instituição financeira.

Para o Sistema OCB, a preparação para a Reforma Tributária também representa uma oportunidade para fortalecer a relação das cooperativas com seus associados. Com a implantação gradual do novo sistema, que começa a produzir mudanças já em 2027 e segue até 2033, as organizações terão de adaptar processos e sistemas, mas também poderão ampliar o papel de orientação junto às pessoas e negócios que atendem.

A participação de Clara ocorreu ao lado de Leandro Souza, sócio de serviços de Business Tax da Deloitte, responsável pela abordagem geral da reforma e do mercado financeiro. O painel foi mediado por Alexandre Englert, diretor executivo de Administração, Finanças e Sustentabilidade (CFO) do Sicredi e Gustavo Freitas, diretor executivo de Crédito e Segmento.

